

AUTORES:

- (1) Aline Fátima do Nascimento
- (2) Carlos Nelson dos Reis

QUALIFICAÇÃO:

- (1) Assistente Social, Mestre e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- (2) Economista, Doutor em Economia pela Unicamp.

ENDEREÇO:

- (1) Rua Coronel João Corrêa, 335/144. Bairro: Passo d'Areia. Porto Alegre – RS. CEP: 91350-190.
- (2) Avenida Bastian, 227/403. Bairro: Menino Deus. Porto Alegre – RS. CEP: 90130-021.

E-MAIL:

- (1) alinenascimento4@gmail.com
- (2) cnreis@pucrs.br

ÁREA TEMÁTICA:

E - Emprego e Mercado de Trabalho, Demografia Econômica

EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO BRASIL, RIO GRANDE DO SUL E PORTO ALEGRE: da concepção teórica à prática da gestão solidária¹

**Aline Fátima do Nascimento²
Carlos Nelson dos Reis³**

RESUMO

O presente artigo sistematiza o conjunto de informações acerca dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil, retirados do Atlas da Economia Solidária (2005-2007). O propósito é mostrar como estes empreendimentos vêm evoluindo no País, os quais ao longo da última década passaram a ser apontados como alternativas de inserção produtiva, especialmente aos indivíduos excluídos do mercado formal de trabalho. Na seqüência, faz-se uma análise de recorte qualitativo em dois empreendimentos forjados sob a concepção solidária em Porto Alegre, sendo que tal amostra pertence ao segmento da reciclagem de lixo seco e orgânico do município. A finalidade desta análise é abordar os processos sociais, de trabalho e de gestão e, concluir se tais estratégias constituem-se em alternativas de inclusão social, pela via do trabalho e da geração de renda.

Palavras-chave: Empreendimentos Econômicos Solidários; Gestão; Inclusão Social.

INTRODUÇÃO

As transformações sociais e econômicas ocorridas no Brasil, a partir da década de 90, podem ser compreendidas através da terceira onda de transformação produtiva e das redefinições do papel do Estado, que provocaram um conjunto de modificações econômicas e sociais, afetando vários setores da sociedade, principalmente, os setores populares e não incluídos no mercado formal de trabalho. Nesse movimento, além de se agudizarem a condição de trabalho e a sociabilidade de grande parcela da população, criaram-se maiores dificuldades de inserção para aqueles que já se encontravam à margem do trabalho formal.

¹ A presente reflexão é um subproduto da dissertação de mestrado intitulada: “Economia Popular Solidária: alternativa de inclusão social ou forma oculta de precarização?”, de Aline Fátima do Nascimento defendida em março de 2009 no PPGSS da PUCRS.

² Assistente Social, Docente do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade de Caxias do Sul. Mestre e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, integrante do Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social–NEPES. Email: alinenascimento4@gmail.com

³ Economista, Doutor em Economia pela Unicamp, Docente dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Diretor do IDEIA, coordenador do Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social – NEPES. Email: cnreis@pucrs.br

A partir de transformações no mercado de trabalho, com a afirmação de novos processos de produção, gestão e acumulação capitalista, alteraram-se também as relações de trabalho, com o conseqüente aumento do desemprego e das desigualdades sociais. Essas transformações produziram novas demandas societárias e a multiplicação de estratégias individuais e coletivas de sobrevivência, nas quais parcela da População Economicamente Ativa excluída dos postos formais de trabalho desenvolve novas formas de organização do trabalho e da produção, para a geração de trabalho e renda e de inserção produtiva.

Deste modo, estrutura-se o presente artigo visando participar de tal debate. Para tanto, num primeiro plano, faz-se uma sistematização geral acerca das características desses empreendimentos no Brasil, bem como uma análise comparativa dos dados em âmbito nacional, estadual e do Município de Porto Alegre, por ser nele que se encontram a experiência empírica analisadas.

Num segundo plano, busca-se uma aproximação com a realidade dos empreendimentos e aos sujeitos integrantes, visando compreender as suas propostas, os processos de trabalho desenvolvidos e a particularidade dos trabalhadores da reciclagem. Por fim, apresentam-se algumas considerações, as quais demonstram as contradições presentes, gerando inquietações frente à realidade evidenciada, mas que, ao mesmo tempo, indicam perspectivas futuras.

1. OS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO BRASIL: Uma sistematização dos dados presentes no Atlas da Economia Solidária

Ao longo da última década, os empreendimentos econômicos solidários vêm apresentando um panorama de crescimento e expansão no País, acompanhados pela ampliação dos processos de articulação, sistematização e ampliação das discussões (em âmbito governamental e na sociedade civil), produções teóricas e pesquisas sobre a temática, culminando na criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Nesse sentido, até 2003 não havia um banco de dados que pudesse fornecer maiores informações de natureza quantitativa sobre a amplitude das experiências brasileiras. Foi justamente nesse período que a Senaes e o Fórum Brasileiro de

Economia Solidária (FBES) decidiram dar início a um detalhado processo de mapeamento dos empreendimentos em todo o País. Assim, dentre o conjunto de atividades da secretaria foi criado o Sistema de Informações em Economia Solidária, tendo por objetivo mapear o conjunto heterogêneo de experiências,⁴ compondo o Atlas da Economia Solidária no Brasil.

O Atlas da Economia Solidária (2005-2007)⁵ trouxe dados de 21.859 empreendimentos econômicos solidários no País, distribuídos por municípios, estados, regiões, microrregiões, mesorregiões e territórios de cidadania. Esse banco de dados forma a base de informações do SIES, que buscou dar conta do universo de experiências presentes tanto no meio rural como no urbano.

Assim, optou-se por apresentar neste item alguns dados presentes no SIES,⁶ objetivando identificar o perfil dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil.⁷ Para tanto, pretende-se primeiramente destacar como se compõem no País, as principais formas de organização, as motivações para a busca dessas atividades, dentre outras características. Posteriormente, realiza-se uma análise comparativa entre Brasil, Rio Grande do Sul e Porto Alegre, visando verificar a existência de diferenças nessas características.

O Atlas da Economia Solidária no Brasil mapeou, até 2007, a existência de aproximadamente 22.000 empreendimentos econômicos solidários no País, os quais inseriam 1.687.496 pessoas. Ao observar-se desde o ano de criação dos empreendimentos, vê-se que houve um aumento desses números principalmente a partir da década de 90,⁸ confirmando que a busca por essa alternativa está relacionada ao contexto de transformações produtivas e, por consequência, à ampliação do desemprego e às manifestações da questão social dele decorrentes.

⁴ As atividades econômicas são reunidas em seis grandes áreas, assim organizadas: (a) agricultura, agropecuária, agroindústria; (b) produção (indústria, artesanato, confecções, etc.); (c) prestação de serviços (alimentação, consultoria, limpeza, serviços gerais, etc.); (d) extrativismo (pesca, silvicultura, exportação florestal, mineração, etc.); (e) comercialização e troca; (f) crédito/fundo rotativo (Senaes, 2004).

⁵ O primeiro Atlas da Economia Solidária no Brasil possui dados coletados no ano de 2005 e está disponível em: <<http://www.mte.gov.br/empregador/economiasolidaria/conteudo/atlas.asp>>. O novo Atlas da Economia Solidária, que se tornou disponível no mês de julho de 2008, traz informações atualizadas sobre os empreendimentos mapeados até 2007. Os dados estão disponíveis no endereço: <<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases/>>.

⁶ Devido aos limites e dificuldades encontradas, sabe-se que o SIES ainda não inclui todos os empreendimentos existentes, bem como sua abrangência territorial.

⁷ No âmbito do SIES, são compreendidos como: “[...] o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (SIES, 2005).

⁸ Os dados do SIES mostram a quantidade de empreendimentos criados no Brasil em cada uma das épocas: 1900 a 1950, 65 empreendimentos; 1951 a 1970, 139 empreendimentos; 1971 a 1980, 264 empreendimentos; 1981 a 1990, 1.903 empreendimentos. Já de 1991 a 2000, foram 8.554 empreendimentos, enquanto de 2001 a 2007, foram criados 10.657 empreendimentos.

Com relação à área de atuação dos empreendimentos, 10.513 encontram-se na área rural, 7.539 em áreas urbanas, e 3.711 empreendimentos atuam em ambas. A predominância da atividade rural torna-se mais perceptível, quando se destaca o principal setor econômico de atividade dos empreendimentos no País, formado por agricultura, pecuária, pesca e extrativismo.

No que tange à distribuição territorial, constata-se que a maior incidência dessas experiências está na região mais pobre do País, a Nordeste. Já o Estado do Rio Grande do Sul destaca-se como o de maior número de empreendimentos (2.085), possivelmente em razão do pioneirismo nacional no estímulo governamental às experiências, no período do Governo Olívio Dutra (1999-2002). Os demais estados com mais de 1.000 empreendimentos são: Ceará (1.854), Bahia (1.611), Pernambuco (1.526) Piauí (1.472), Rio de Janeiro (1.343) e Minas Gerais (1.236).

Quanto à forma de organização, esses empreendimentos geralmente estão distribuídos em: cooperativas, associações e grupos informais. No Brasil, a maior parte dos empreendimentos mapeados está organizada sob a forma de associação, conforme o Gráfico 1.

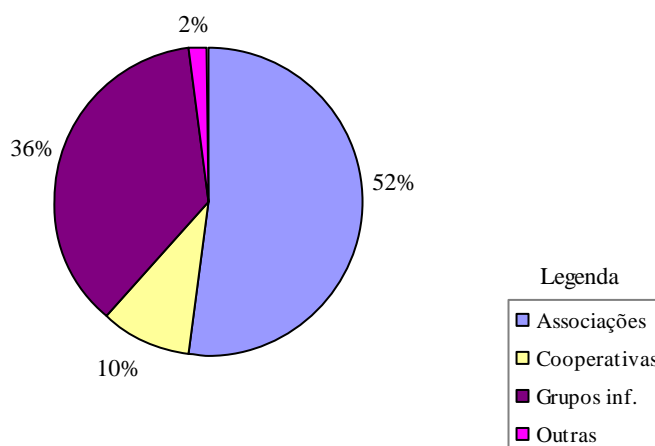


Gráfico 1. Distribuição percentual quanto à forma de organização dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil – 2005-07.

Fonte dos Dados Brutos: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007.

Percebe-se que o predomínio na formação de associações relaciona-se com as possibilidades e as facilidades oferecidas por esse tipo de organização, tanto para a sua criação quanto na liberdade de operacionalização das suas ações. Os grupos informais e

as cooperativas estão em menor escala, pois, para a formação de cooperativas, são impostas algumas exigências à organização, inclusive relacionadas ao número de integrantes.

Entre os principais motivos que levaram as diferentes comunidades a buscarem esse tipo de empreendimentos no Brasil, nos seus respectivos tempos históricos, está a falta de oportunidades em ocupações formais. Nesse sentido, esses empreendimentos se destacam como alternativas de sobrevivência e de geração de renda para a população que os integra, formada predominantemente por indivíduos excluídos do mercado formal de trabalho, razão que motivou a criação de 63% dos empreendimentos pesquisados no Brasil.

Com relação ao destino dos produtos e/ou serviços, a maioria aponta que os mesmos são vendidos, enquanto alguns empreendimentos destinam parte para venda e parte ao consumo dos integrantes. Assim, a principal forma de comercialização dos produtos e/ou serviços é a venda direta ao consumidor (67%), seguida de venda a revendedores e/ou a atacadistas (26%).

Nesse contexto, a venda dos produtos e/ou serviços destina-se principalmente ao comércio local ou comunitário, conforme as informações que podem ser visualizadas no Gráfico 2.

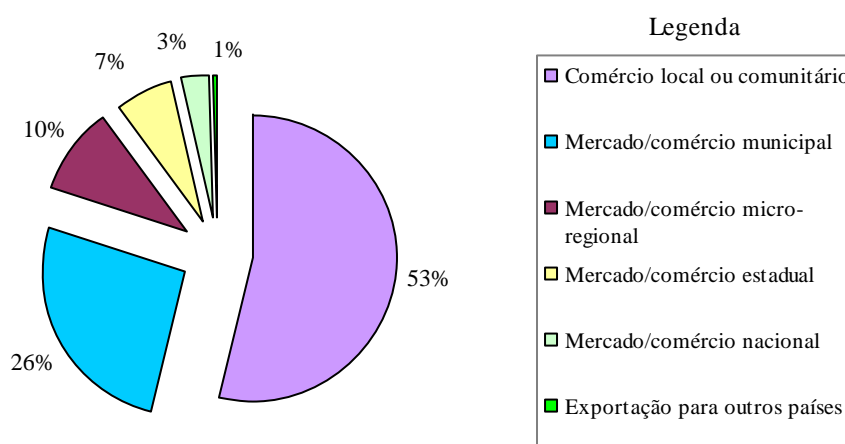


Gráfico 2. Destino das vendas dos produtos e/ou serviços dos empreendimentos, em percentual, no Brasil – 2005-07.

Fonte dos Dados Brutos: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007.

Os dados mostram que há predomínio de comercialização de produtos e serviços nos mercados local e municipal, com 79% das vendas ocorrendo no primeiro. Apenas 4% dos empreendimentos declararam que o destino de seus produtos é o território nacional e que realizam transações com outros países.

Desse modo, a realidade de inserção desses empreendimentos no mercado demonstra que eles estão voltados principalmente aos seus próprios territórios, ou, ainda, considerar que se estabelecem nas “franjas do mercado”, onde a população demandante dos seus produtos, via de regra, faz parte do mesmo grupo social, portanto, dos mesmos níveis de rendimentos.

Esses dados são ainda reforçados com a constatação de que 68% dos empreendimentos afirmam encontrar dificuldades para a comercialização. Dentre estas, são apontados requisitos básicos para qualquer empreendimento conseguir manutenção e crescimento, como a falta de capital de giro para vendas a prazo (18%), a dificuldade em encontrar quantidade suficiente de clientes (12%) e a dificuldade em manter a regularidade do fornecimento (9%).

Dentre as demais dificuldades apontadas, cabe destacar a falta de estrutura adequada para a comercialização (7%), a falta de registro legal para a comercialização (7%) e as dificuldades relacionadas à concorrência (5%). Dessa realidade prática, partem em busca por condições de permanência no mercado, mas com suas condições de autonomia e desenvolvimento limitadas.

As condições de manutenção no mercado, de vendas e de produção, dos empreendimentos nacionais dependem fundamentalmente de interferência externa, através de apoio, assessoria, assistência técnica ou capacitação, fornecidos principalmente pelos órgãos governamentais, organizações não-governamentais—ONGs, igrejas, associações e conselhos comunitários.

No que se refere às formas de participação dos integrantes nas decisões dos empreendimentos, foram apontadas as decisões cotidianas, a prestação de contas, a eleição da diretoria e o destino das sobras e dos fundos, o que acontece via assembléia geral e reunião do coletivo de sócios.

Com relação ao rendimento dos seus trabalhadores, percebe-se que a maior parte dos empreendimentos oferece condições precárias de subsistência, o que será novamente evidenciado no item que trata dos achados da pesquisa empírica em Porto

Alegre. Neste momento pode-se aferir que os empreendimentos oferecem uma remuneração média aos integrantes que não ultrapassa um salário mínimo mensal, situação presente na realidade de 62% desses trabalhadores.

A remuneração dos integrantes é realizada a partir do produto ou produtividade (58%) de cada integrante, sendo, portanto, baixa e incerta na maioria dos empreendimentos, com exceção de apenas 7% deles onde há remuneração fixa. Os demais remuneram por horas de trabalho, ou ainda não têm conseguido remunerar.

Além disso, a falta ou a inexistência de benefícios, garantias e direitos aos integrantes faz-se presente, conforme pode ser visualizado no Gráfico 3.

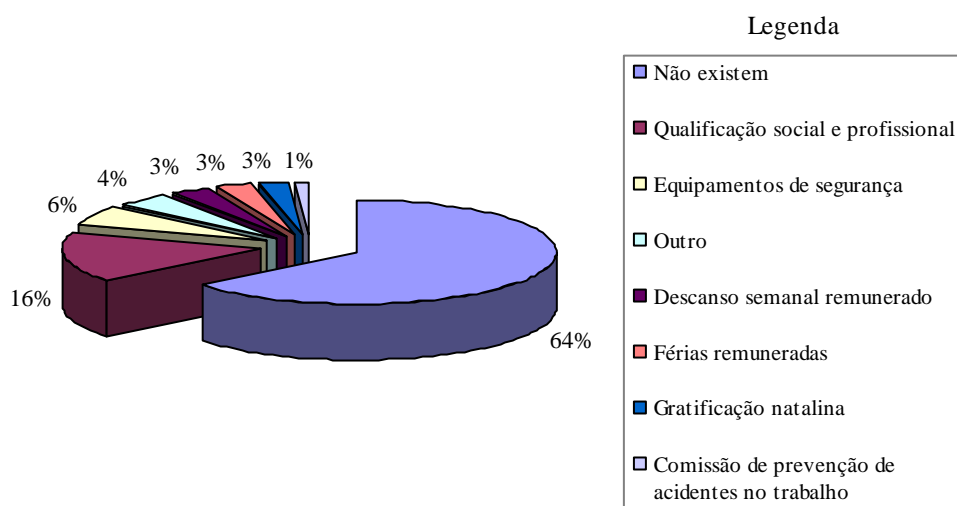


Gráfico 3. Distribuição percentual de benefícios, garantias e direitos dos trabalhadores nos EES do Brasil – 2005-07.

Fonte dos Dados Brutos: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007.

A maior parte dos trabalhadores dos EES no País não possui quaisquer benefícios, garantias ou direitos. Poucos têm acesso à qualificação profissional e aos equipamentos de segurança (22%), bem como aos direitos presentes na Constituição Federal/88, como descanso semanal e férias remuneradas. Esses dados permitem considerar que, em caso de faltas por doença, acidentes, maternidade e demais circunstâncias que impeçam o indivíduo de ir ao trabalho, lhe será retirado o direito à

participação nos resultados econômicos, naquele período, visto que estará impossibilitado de produzir.

Deste modo, a partir da análise da realidade brasileira, pode-se compreender que essas organizações não podem ser vistas como solução para a obtenção de renda e de melhores condições de vida aos indivíduos e tampouco como solução para os excluídos do mercado formal de trabalho, pois esse mesmo espaço se caracteriza por ser inclusivo em alguns aspectos e excludente em outros.

Conforme explicitado, os empreendimentos econômicos solidários no Brasil contemplam um conjunto heterogêneo de atividades, presentes no meio rural e urbano, que, mapeados, formam uma base de dados sobre as atividades no País. No entanto, além das diferenças destacadas quanto às formas de organização e gestão, algumas características nacionais divergem dos dados referentes aos empreendimentos no Estado do Rio Grande do Sul e no Município de Porto Alegre, fazendo com que seja possível uma comparação entre eles.

O Rio Grande do Sul é o estado com maior número de empreendimentos no País, correspondendo a 9% do total, com 2.085 empreendimentos mapeados, que envolvem 364.748 indivíduos nas atividades. Em Porto Alegre, foram mapeados 116 empreendimentos, que inserem 1.974 pessoas.

Com relação à área de atuação dos empreendimentos, contrariando a predominância da atividade rural no Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul e em Porto Alegre, a área de atuação é predominantemente urbana.⁹

Quanto à forma de organização, a maior parte dos empreendimentos no Brasil está organizada sob a forma de associação. No entanto, no Rio Grande do Sul¹⁰ e em Porto Alegre¹¹, as experiências não estão constituídas juridicamente e assim, encontram-se principalmente grupos informais. Esse dado se confirma quando se analisa o percentual de empreendimentos que declararam possuir registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), que correspondem, no RS, a 36% e, em Porto Alegre, a 18%, enquanto, no Brasil, são 50% dos empreendimentos.

⁹ No Rio Grande do Sul, 42% exercem atividades urbanas; 38% rurais; 20% rurais e urbanas. Enquanto, em Porto Alegre, a área de atuação dos empreendimentos é 87% urbana; 1% rural e 12% rural e urbana.

¹⁰ No Rio Grande do Sul, as formas de organização predominantes são 49% grupos informais, 29% associações e 18% cooperativas.

¹¹ Em Porto Alegre, as formas de organização predominantes são: 78% grupos informais, 13% associações e 4% cooperativas.

Esses dados ainda evidenciam uma questão referente ao financiamento e/ou crédito dos EES no Brasil, em comparação aos do Rio Grande do Sul e aos de Porto Alegre, pois, nos dois últimos, a principal dificuldade que os empreendimentos enfrentam ou enfrentaram para a obtenção do crédito refere-se à não-existência da documentação exigida pelo agente financeiro, quanto o CNPJ se torna necessário. Opção diversa é destacada nos dados da totalidade dos empreendimentos brasileiros, já que a metade deles possui o CNPJ.

Nesse sentido, no Brasil, a grande maioria (76%) dos empreendimentos informou necessidade atual de financiamento e/ou crédito,¹² assim como 53% do total responderam não encontrar dificuldades para a obtenção de crédito. No entanto, esse dado se inverte nos EES do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre, que informaram enfrentar dificuldades relativas à obtenção de crédito, com percentuais de 60% e 66% respectivamente.

As principais dificuldades que os EES do Brasil citaram para a obtenção do crédito foi, em primeiro lugar, a falta de apoio para a elaboração do projeto (18%), mesmo com as atuais configurações dessas experiências no País, o que faz com que grande parte nem chegue a essa etapa, de busca de crédito através da elaboração de projeto; em segundo lugar, a inexistência da documentação exigida pelo agente financeiro (16%); em terceiro, a falta de aval ou garantia (16%); e, em quarto, taxas de juro elevadas ou incompatíveis com a capacidade do empreendimento (16%).¹³

Entretanto, no Rio Grande do Sul e, em Porto Alegre, as opções escolhidas revelam diferenças nas principais dificuldades relacionadas à obtenção do crédito. Para 31% dos empreendimentos do RS, a principal é a inexistência da documentação exigida. Já para os empreendimentos de POA, essa opção é destacada por 49% dos EES.

Com relação à situação da sede dos empreendimentos, também existem diferenças, pois, no Brasil, a maioria dos EES possui sede própria, ao passo que, no RS, a maioria das instalações são cedidas ou emprestadas, e principalmente em POA.¹⁴

¹² Para estes, as finalidades são: investimento para 51%, custeio e investimento para 26% e custeio ou capital de giro para 23%.

¹³ As demais alternativas existentes, que receberam menores percentuais de opção quanto às dificuldades para o crédito são: prazos de carência inadequados, burocracia dos agentes financeiros e falta de linha de crédito.

¹⁴ No Brasil em 9.124 empreendimentos (42%), as sedes são próprias, 8.654 (40%) são cedidas ou emprestadas, e 1.801 (8%) são alugadas. No RS, 962 (47%) são cedidas ou emprestadas, 735 (35%) são próprias e 222 (11%) são alugadas. Já em Porto Alegre, 64 (54%) são cedidas ou emprestadas, 24 (21%) são próprias e 14 (12%) são alugadas.

A gestão dos empreendimentos, assim como as decisões coletivas, é um fator importante na concepção de autogestão, devendo ser realizada coletivamente. Para tanto, a periodicidade da assembléia geral ou das reuniões é uma das formas de verificar se são efetivadas, conforme dados presentes na Tabela 1.

Tabela 1

Diferenças percentuais quanto à periodicidade da assembléia geral ou das reuniões, nos EES do Brasil, do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre – 2005-07.

LOCAL	PERIODICIDADE					
	Semanal	Mensal	Bimestral ou Trimestral	Anual ou Mais de 1 Ano	Outra	Não se realiza
Brasil	14%	49%	11%	11%	8%	2%
Rio Grande do Sul	13%	30%	13%	24%	7%	5%
Porto Alegre	37%	29%	9%	3%	16%	3%

Fonte dos Dados Brutos: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007.

No Brasil, 49% dos empreendimentos realizam reuniões e/ou assembléias coletivas mensalmente, ou quando necessário (opção outra), assim como, no Rio Grande do Sul, com 30%, essa é a prática mais utilizada para a tomada das decisões coletivas. Em Porto Alegre, a maior parte dos EES realiza reuniões semanais, o que pode indicar um diferencial em termos de gestão coletiva. Importante assinalar que os dados quantitativos não indicam que a gestão seja democrática, uma vez que na experiência empírica, que será detalhada no próximo item, os empreendimentos pesquisados não indicaram realizar assembléias, e também não tem prática de envolvimento dos trabalhadores nas decisões.

Os dados da Tabela 1 também indicam que as reuniões e assembléias são realizadas com intervalo anual ou de mais anos, assim como inexistem em parte dos empreendimentos, o que pode ser analisado como não cumprimento das prerrogativas ou, até mesmo, que a gestão seja desenvolvida unicamente pelos dirigentes, fator que desqualifica o processo democrático e coletivo de tomada de decisões.

A principal forma de remuneração dos trabalhadores, no Estado e no Município acompanha a média nacional, ou seja, a remuneração por produto ou produtividade. No entanto, no Rio Grande do Sul, o percentual de empreendimentos com remuneração fixa é mais do que o dobro da média nacional (7%), abrangendo 15% dos EES. Nessa

direção, a média da remuneração dos trabalhadores também apresenta diferenças, que podem ser visualizadas na Tabela 2.

Tabela 2

Diferenças percentuais quanto à média das remunerações dos trabalhadores nos EES do Brasil, do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre – 2005-07.

MÉDIA SALARIAL	BR	RS	POA
Até 1/2 salário	18,83%	11,65%	17,24%
1/2 a 1 salário	12,16%	10,50%	18,10%
1 a 2 salários	12,86%	17,41%	12,93%
2 a 5 salários	4,77%	8,15%	7,76%
Mais que 5 salários	1,11%	1,53%	0

Fonte dos Dados Brutos: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007.

Nota: Não compreende todos os empreendimentos mapeados pelo SIES, pois não foram todos os empreendimentos que informaram a remuneração. Os dados referem-se a (49,73%) dos EES do Brasil, (49,24%) dos EES do Rio Grande do Sul e, (56,03%) dos EES de Porto Alegre.

No Brasil, dos 49,73% dos empreendimentos que informaram a remuneração de seus integrantes, o maior percentual de média salarial foi de até meio salário mínimo, enquanto, em Porto Alegre, foi de meio a um 1 salário e, no Rio Grande do Sul, de um a dois salários. Esses dados revelam que os trabalhadores, no Estado, têm, em média, um salário superior ao dos outros trabalhadores do País. Da mesma forma, o RS, se destaca entre os demais, por possuir significativo percentual de EES que possibilitam remuneração salarial entre um a cinco salários (25,56%).

Entretanto Porto Alegre possui, em média, a mesma remuneração que o restante do País, situando-se, principalmente, na faixa de até um salário mínimo. Nesse sentido, em que pese a necessidade de maiores estudos e análises para a identificação do motivo desse diferencial entre POA e o restante do Estado, investigação a que não se propôs esta reflexão, cabe dizer que o Rio Grande do Sul, pela sua tradição cooperativista, possui algumas experiências que ultrapassam a renda salarial média da maior parte dos empreendimentos do Brasil e também de Porto Alegre.

Nesse sentido, é possível avaliar que a média salarial dessas atividades possibilita precárias condições de satisfação das necessidades básicas, mesmo sendo a obtenção de renda um dos principais motivos que levam a maioria dos trabalhadores a buscar esse tipo de iniciativa. No entanto, cabe destacar que a análise da renda possui limitações e tampouco compreende a totalidade dos aspectos presentes nas experiências.

Deste modo, o presente item teve por objetivo apresentar os dados acerca da realidade dos empreendimentos estaduais e locais, bem como verificar a existência de diferenças entre Brasil, Rio Grande do Sul e Porto Alegre. Os dados similares à média nacional não foram explicitados, pois já haviam sido analisados.

Assim, para se verificarem os sentidos e as representações da atividade para os trabalhadores, as possibilidades e limites das experiências tornaram-se necessária a aproximação à realidade prática dessa forma de organização, objetivando identificar como se materializam. Este será o foco do próximo item, que contempla a pesquisa empírica em uma das formas que compõe a Economia Popular Solidária, nas associações de reciclagem de lixo seco e orgânico de Porto Alegre.

2. EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS EM PORTO ALEGRE: concepção solidária *versus* inclusão marginal

O Município de Porto Alegre está inserido em um contexto de alto crescimento populacional, comum às grandes metrópoles brasileiras, somado à crescente demanda por bens de consumo, ao qual se acrescenta o aumento da produção de resíduos sólidos descartáveis, tanto nos domicílios quanto nas indústrias, provocando a conseqüente degradação ambiental.

A geração de resíduos tornou-se um problema social e ambiental, tornando necessária a criação de formas capazes de minimizar a problemática do lixo e a degradação ambiental, levando a que a coleta seletiva e a reciclagem se tornassem alternativas viáveis e necessárias. Dessa forma, percebe-se que, em decorrência da crescente consciência¹⁵ da necessidade de reciclagem, os municípios estão ampliando as ações voltadas à conscientização da separação do lixo domiciliar e desenvolvendo programas de coleta seletiva (GONÇALVES, 2003).

Em relação à problemática social da geração de resíduos urbanos, as atividades de catar e/ou separar o lixo apresentam-se como uma manifestação da questão social, em que as condições de trabalho são insalubres, precárias e desagregadas. Nesse

¹⁵ Pode-se inferir que, além da consciência quanto à necessidade ambiental e social da reciclagem, os aspectos financeiros quanto ao transporte e ao local de destinação do lixo seco e também os aspectos políticos dessa ação possuem influência significativa.

contexto, sabe-se que o rendimento dos catadores e/ou carrinheiros depende do tipo e da quantidade do lixo recolhido, fazendo com que esses trabalhadores cheguem a carregar 200kg de material reciclável¹⁶ por dia (CALDERONI, 1998). Esses indivíduos acabam tendo suas perspectivas de vida limitadas, enquanto a atividade nas ruas representa, na maioria das vezes, a única fonte de sobrevivência.

Nessa direção, certamente a criação das associações de reciclagem¹⁷ possibilita a inserção desses catadores e demais trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho, auxiliando na promoção de um destino menos poluente para grande parte dos resíduos sólidos urbanos, diariamente gerados e descartados em grande escala, mesmo que, não se esteja analisando em que medida isso possibilita a geração de renda, nem mesmo as condições em que se realiza o trabalho.

Para analisar as possibilidades dessas experiências, compreender as suas propostas, os processos de trabalho desenvolvidos, as características dos seus integrantes e o significado para a vida dos trabalhadores¹⁸, tornou-se fundamental uma pesquisa empírica, sendo que para tal optou-se pela realização do estudo de caso de dois empreendimentos¹⁹ identificados como EPS no segmento da reciclagem de lixo, do Município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Após o processo de coleta dos dados, eles foram organizados e sistematizados para possibilitar o processo de análise e de

¹⁶ Para esta análise, serão consideradas recicláveis a fração seca dos resíduos sólidos, que se destina à venda, e a fração orgânica dos resíduos sólidos urbanos, que também pode ser reciclável, através do recurso da compostagem.

¹⁷ No Município de Porto Alegre, atualmente, existe um total de 15 unidades de triagem de resíduos recicláveis, constituídas principalmente por associações de trabalho, quais sejam: Associação de Reciclagem Ecológica da Vila dos Papeleiros; Associação de Recicladores de Resíduos da Zona Norte; Associação Comunitária do Campo da Tuca; Associação dos Recicladores do Loteamento Cavallhada; Associação dos Catadores de Materiais de Porto Alegre – Ilha Grande dos Marinheiros; Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis do Movimento dos Moradores de Rua – Padre Cacique; Profetas da Ecologia I; Associação Devolução Nossa Senhora Aparecida – Aparecida das Águas; Associação dos Trabalhadores Urbanos pela Ação Ecológica – Restinga; Associação de Catadores de Materiais Recicláveis – Santíssima Trindade; Associação dos Trabalhadores da Unidade de Triagem do HPSP – São Pedro; Associação de Reciclagem Rubem Berta – Wenceslau Fontoura; Centro de Triagem – Vila Pinto; Associação Anjos da Ecologia – B. Floresta; Associação de Triagem de Resíduos Sólidos Domiciliares – Unidade de Triagem e Compostagem – Lomba do Pinheiro. (Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre)

¹⁸ Como instrumentos de pesquisa para conhecer as características dos indivíduos inseridos nas associações de reciclagem, bem como para identificar o que pensam frente à geração de trabalho e renda com o lixo, foi utilizada a técnica de *entrevista* do tipo *estruturada*, através de um *questionário* com questões abertas e fechadas, que foram posteriormente gravadas e transcritas, o que permitiu que as respostas fossem comparadas, possibilitando o apontamento das semelhanças e das diferenças entre os entrevistados. Optou-se também, pela realização de *observação* sistemática, que foi efetivada de modo concomitante com as entrevistas individuais e/ou em visitas às associações, quando foram feitas anotações a partir de um roteiro norteador.

¹⁹ A amostra teve a preocupação de ser suficientemente representativa dos Empreendimentos de Economia Popular Solidária do segmento de reciclagem em relação ao total do universo (MARCONI; LAKATOS, 2002). Considerando-se o universo de 15 empreendimentos, a *amostra é não probabilística*, por *tipicidade*, composta de duas associações de reciclagem de Porto Alegre, sendo uma de reciclagem de lixo seco e outra de lixo orgânico, pois se considera que esses dois tipos representam o universo das experiências.

interpretação, o que foi realizado através da técnica de análise de conteúdo, com base nos objetivos propostos pelo estudo, o qual passa a ser sistematizado neste item.

Com relação aos aspectos históricos, evidenciaram-se as maiores diferenças entre cada uma das associações pesquisadas: uma foi formada via conscientização política dos trabalhadores, e a outra, a partir de uma necessidade existente. Porém ambas revelam que *interesse, necessidade e conveniência* ao poder público foram fatores determinantes para a criação e permanência delas e das outras associações de reciclagem criadas no período. Dito isso, os demais aspectos a serem abordados demonstram as semelhanças existentes na percepção e no significado individual e coletivo das associações, nos processos e relações de trabalho existentes e nas características dos indivíduos que integram essas experiências.

As associações de reciclagem pesquisadas, por suas características, compreendem o que delimita-se Economia Popular Solidária, no entanto, as estruturas de gestão, na prática, distanciam-se da concepção solidária apontada nos referenciais teóricos específicos, dada a realidade de gestão desenvolvida, dos processos participativos e decisórios.

Quando se investiga a estrutura comum aos empreendimentos sob a concepção solidária, uma das principais características refere-se à forma coletiva de gestão com igualdade entre os participantes, tendo em vista que, “numa organização de autogestão, a *coletividade* exerce os poderes de governo através de *ação direta*” (CARVALHO, 1983, p. 95, grifos nossos). No entanto, percebe-se que, nas associações pesquisadas, a gestão é desenvolvida de forma não-coletiva, realizada pela coordenação dos empreendimentos, como descreve um integrante da coordenação de um deles:

Primeiro de tudo a gente faz uma reunião com a coordenação, o que a coordenação decide é o que é feito. Daí nós fizemo [coordenação] a reunião com todo mundo, e o que a gente decidi vale pra todos. Primeiro, tudo vai pra coordenação, e o que a gente acha, a gente faz uma reunião com todo mundo e repassa. A gente procura fazê o melhor pra todo mundo, a gente procura fazê pro bem, mas sempre acabam falando o que não devem, daí é melhor que a gente decida por todos, pra evitá os tumulto aqui (n.8, Associação A).

Dessa forma, evidencia-se que a participação dos integrantes nos processos decisórios é inexistente, pois tais estruturas de gestão despotencializam o processo democrático, em que a coordenação dos empreendimentos assume a função de

“chefe/patrão” dos demais, adotando todas as características de uma relação hierarquizada de trabalho, onde a coordenação decide e aos demais não é possibilitada a participação.

Nessa direção, as reuniões e as assembléias, quando realizadas, são para resolver conflitos internos ou relativos à produtividade, situação sobre a qual alguns trabalhadores, muitas vezes, alienados nessa relação, não possuem uma visão crítica:

Aqui é bom, o chefe é mais a “fulana” [coordenadora], ela que ta toda hora em cima da gente cobrando, né, se a gente fica parado, pra gente botá a mão, pra tentá tirá um dinherinho a mais no final do mês né, eu acho que ta certa ela, tem que ficá em cima das pessoa do jeito dela, as vez tem uns que fica parado, pára ali, e não tão trabalhando (n.7, Associação B).

Outros verbalizam a percepção de que as questões relativas à associação deveriam ser decididas por todos os integrantes, por meio de assembléia ou reuniões coletivas, por envolverem questões que interessam a todos e, até mesmo, por se refletirem, algumas vezes, nas remunerações:

Antigamente, era feito reunião pra todos decidi as coisa, depois que entrô essa cordenação aí... agora é ela [coordenadora] e ele [vice] que decide tudo ali, e nós só fiquemo sabendo por fora. Olha, acho que faz mais de dois ano que não tem reunião aqui pra decidi as coisa, mas tem muita coisa errada, eu e ele sabemo. Eles se trancam lá dentro e decidem tudo como eles querem, e a gente não participa dessas reunião [...] Mas acontece que isso daqui é uma associação! Eles têm que chamá nós e dizê “óh, a gente vai precisa tanto [R\$] pra isso, isso e isso”, daí todo mundo vai tá sabendo, mas não, é tudo por conta deles. Isso aí é errado, só que, quando a gente fica sabendo a gente vai em cima deles, mas daí já foi (n.9, Associação A).

No entanto, mesmo que parte desses trabalhadores perceba a existência de equívocos na gestão relacionados à coordenação dos empreendimentos, existem, regras criadas por eles mesmos, que lhes limitam as possibilidades de enfrentamento e resistência a partir da eleição de novos dirigentes, tendo em vista que o nível de escolaridade exigido é diferente da escolaridade média da maioria absoluta dos integrantes.

[...] ninguém pode fazê nada, porque na hora que vão fazê uma reuniãozinha pra botá alguém na cordenação, tem que tê segundo grau, e ninguém tem. Essa cordenação já tá a mais de dois ano, diz que a “fulana” [DMLU] falou que o “cicrano” [vice presidente] já era pra tê saído faz um ano, que nós tinha que trocá de cordenação, mas vai botá quem? E daí fica naquela, ninguém tem estudo pra mexê no computador, fazê as conta tudo isso, né, eu não sei nada e ninguém também (n.9, Associação A).

A partilha dos resultados econômicos dá-se mediante um processo de fiscalização das presenças, sendo as remunerações calculadas pelos dias trabalhados por cada um dos integrantes. Essa é mais uma das características apontadas pelos indivíduos que lhes permite concluir que, nessa relação, nada há de diferente do que possuir “patrão”.

Ah... tem as chamada, todo dia de manhã e de tarde, se não tá a assinatura da pessoa, é falta, se não pode vim, é falta e não recebe. Então, é por isso que eu disse pra senhora, não dá, não dá pra dizê que não é um patrão, tem um livro ponto, tem pessoa que manda [...] (n.1, Associação B).

A concepção teórica a respeito da geração de renda nos empreendimentos de Economia Popular Solidária considera que a renda seja formada com as sobras resultantes do trabalho coletivo, divididas igualitariamente entre os trabalhadores, sem a perspectiva de obtenção de lucro e/ou exploração para tanto, o que é mais uma compreensão ideológica, a qual, nas experiências analisadas, não corresponde à realidade prática.

Nesse sentido, não há prestação de contas, quanto à receita e às despesas, provocando nos entrevistados a crença de que a coordenação está sendo beneficiada.

[...] é ela [presidente] quem faz, ela que faz as conta, só ela e aquela gorda que tá toda hora pra lá e pra cá, que tá desesperada pra sabê o que é que eu tô falando. Elas que fazem a partilha, às vez até essa minha [filha] que entrô aqui antes, que é da diretoria, as vez nem ela pode ficá, é sigilo, daí, dá o que dá, e a gente, se a gente reclama, daí ela [presidente] diz “não qué, vai pra rua”. É assim, e, daí, as pessoas que precisa não falam nada, pra não ir pra rua, pois elas depende disso. E tem umas que são bem mais privilegiada (n.1, Associação B).

Essas e outras características fazem com que o significado atribuído à Economia Popular Solidária pelos trabalhadores inseridos nesses empreendimentos não corresponda à compreensão teórica e ideológica da sua conceituação. Para esses indivíduos, fazer parte desses empreendimentos não se diferencia de qualquer espaço em que exista uma relação de cobrança por assiduidade, desempenho e produção, além de existir insegurança quanto à manutenção da vaga.

Com relação aos processos de trabalho desenvolvidos nos empreendimentos, pelos sujeitos que deles participam, identifica-se que as forma de organização do trabalho e da produção são coletivas, porém cada um tem a sua função pré-determinada. Esse é um traço característico do modelo de produção Taylorista/Fordista, com

distribuição das atividades para a diminuição do tempo e aumento da produtividade. Observando-se as questões de gênero e escolaridade, constata-se que os homens ficam com as tarefas que requerem maior força física, as mulheres, com as atividades de triagem, e as pessoas com maior escolaridade, nas funções de coordenação.

Enquanto que, a concepção de coletividade refere-se à compreensão do quanto cada um depende do trabalho do outro, porém, mais do que uma questão solidária, significa a necessidade de que cada um desempenhe a sua função da melhor forma possível, para que os resultados econômicos sejam satisfatórios para todos.

Esses indivíduos expressam diferentes entendimentos acerca de seus processos de trabalho e demonstram o significado maior que o trabalho tem para eles, expresso em *“O jeito é abaxa a cabeça e ir à luta, trabalha, eu tenho um filho pra cria, ele vai fazê um mês dia 4 (n.7, Associação B)”*. Esse fragmento da entrevista de um dos sujeitos, que pode ser considerado singelo e breve, revela o amplo significado do trabalho para eles, que, enquanto categoria, compreende um processo determinado de produção de valores de uso voltados à satisfação de necessidades sociais.

Entre as principais atividades e/ou tarefas desempenhadas nas associações de reciclagem estão: o trabalho de triagem nas esteiras, atividade realizada em ambas, com o diferencial de que, em uma delas há separação do material hospitalar, e, na outra, de todo o material da coleta domiciliar; a separação dos materiais recicláveis nos cestos; a triagem e a separação do cobre na sucata e das garrafas e demais vidros; a atividade nas prensas; as fiscais de esteira e seleção; e o trabalho direto nas questões de coordenação e apoio.

Nesses locais, as condições de trabalho podem ser consideradas precárias, em razão de que as atividades oferecem muitos riscos à saúde e à integridade física dos indivíduos, que, geralmente, não utilizam equipamentos de proteção individual para a separação do material, seja pela inexistência dos mesmos – *“Desde que eu tô aqui, nós nunca utilizemo, mas também nunca peguei nada (n.7, Associação B)”*, seja por não terem a consciência de sua importância, relatando não gostarem de usar itens de proteção e segurança. Quando os usam, são apenas as luvas e os jalecos, não sendo utilizadas botas e demais equipamentos adequados.

Além disso, esses sujeitos são submetidos a situações adversas de trabalho, arriscando-se ao subirem em “montanhas” de sacolas plásticas, com vários metros, onde

estão os resíduos, para facilitar a sua separação. Ainda existe o perigo de acidentes nas prensas e de doenças contraídas pelo contato com objetos cortantes, veneno e uma infinidade de objetos, restos e coisas infectadas e/ou em estado de putrefação que encontram, além das transmitidas por diversos animais – zoonoses – que habitam o local, como os ratos, além dos cães em péssimo estado de saúde.

Dessa forma, compreende-se que as transformações no mundo do trabalho têm relação direta com as características encontradas nessa atividade, uma vez que a atual conjuntura societária favorece a aceitação, por parte desses trabalhadores, dessas condições. No entanto, com relação ao trabalho com o lixo, a grande maioria não o considera ruim, seja por já desenvolvê-lo há muito tempo, na maioria das vezes como catadores, seja por terem a consciência ambiental da importância do trabalho realizado.

Assim, com relação ao significado atribuído ao trabalho, nessa atividade, os sujeitos revelam orgulho pelo desenvolvimento de uma atividade socialmente necessária, valorização pelo cuidado com o meio ambiente, pelas amizades construídas, pelas roupas e objetos encontrados e pela possibilidade de saciar as “necessidades de estômago”.

De forma semelhante, são as suas considerações sobre o que é mais importante em relação à atividade laboral, em que destacam novamente o cuidado com o meio ambiente e avançam, indicando a geração de renda, o respeito conquistado e a segurança que a atividade lhes proporciona.

Pra mim, eu acho a renda, né, aí pude melhorá um pouco a vida, a comida em casa e comprá meu terreninho, né, depois, quero vê se consigo fazê uma casinha. Tem também o meio ambiente, que é muito bom, todo esse lixo que não vai pra poluí tudo, né. Eu penso assim (n.10, Associação A).

Quanto à percepção de como sua atividade é vista pela sociedade, alguns pensam que de forma normal, como qualquer trabalho, enquanto outros dizem ser estigmatizados e alvo de preconceito. Ao mesmo tempo, acreditam que as pessoas consideram (ou deveriam considerar) seu trabalho digno, por ser uma atividade socialmente aceita e por estarem auxiliando nas questões ambientais e econômicas do Município.

Assim, mesmo em um contexto cotidiano de sofrimentos objetivos e subjetivos, pelo desrespeito, muitas vezes, de seus direitos, e pelo esforço de sobrevivência, a

dignidade dos indivíduos é reafirmada a cada oportunidade, especialmente pela via do trabalho (YAZBEK, 2003).

Nesse sentido, a atividade de reciclagem do lixo passou a ser considerada por esses sujeitos como uma atividade digna, ao passo que, na atualidade, a sociedade como um todo compreende que ela possui relevância ambiental, econômica e social, com implicações que se desdobram nas esferas da organização espacial, preservação ambiental, conservação geração de trabalho e de renda (CALDERONI, 1998).

Já sobre a compreensão do trabalho que desempenham, é consensual a ênfase nos tipos de materiais e processos que permitem o reaproveitamento do que antes seria considerado sem valor e que passa a ser a fonte de geração de renda e cuidado com o meio ambiente, sendo, para tanto, fundamental o trabalho de cada um dos integrantes.

Eu acho esse um trabalho importante, pra nós, pras pessoa, pra todo mundo. Reciclá é ajudá o meio ambiente e consegui a renda pra vivê (n.10, Associação A).

Sob esse aspecto, uma das integrantes relacionou a compreensão desse trabalho como destinado àquelas pessoas que estão inseridas nesses empreendimentos, ou seja, tem se configurado como uma alternativa para as pessoas discriminadas na sociedade e também no mercado de trabalho, que são vítimas de preconceito por diversos aspectos, seja pela idade, seja pela questão racial, seja por dependência química, dentre outros:

Quem trabalha na associação, eu costumo dizer, que são um grupo de pessoas rejeitadas da sociedade, porque ou tu não consegue emprego porque tu é muito velho, ou tu não consegue emprego porque tu é preto, ou porque tu é gorda. Aqui, tu pode ver, nós temos pessoas obesas, nós temos pessoas alcoólatras, nós temos ex-presidiários, nós temos ex-drogados, nós temos o meu caso, que é o mais visível, né, uma transexual operada, graças a Deus, hoje, eu consegui trocar os meus documentos tudo, mas isso não muda a realidade, não deixo de ser discriminada por causa disso. Então aqui, nós somos aqueles grupinho das pessoas rejeitadas da sociedade (n.6, AssociaçãoB).

Essa consideração vem ao encontro das considerações possibilitadas pelas entrevistas individuais, onde os indivíduos integrantes desses empreendimentos demonstram, de certa forma, características comuns e singularidades, enquanto trabalhadores e no que se refere as suas condições de vida.

Nesse sentido, os indivíduos inseridos nas associações de reciclagem são considerados População Economicamente Ativa²⁰, com faixa etária entre 20 e 50 anos, sendo que, dos 10 entrevistados, oito possuíam entre 19 a 36 anos, o que revela que esses empreendimentos têm se configurado como uma alternativa de trabalho e renda para essa população.

A inserção nos empreendimentos pesquisados aparece atrelada a duas principais motivações individuais, quais sejam, a falta de opções de outras alternativas de trabalho e renda, e, para atender às suas necessidades de sobrevivência.

Desses indivíduos, parte trabalhava com reciclagem anteriormente, porém de forma individual, como catadores. Os demais eram trabalhadores excluídos do mercado formal, que, por falta de oportunidades ou qualificação, recorreram a essa ocupação.

Para a identificação das condições de vida desses indivíduos, levou-se em consideração, para fins dessa análise, as condições de habitação, água, saneamento, saúde e formação educacional, apesar de se compreender que tal conceito é bem mais complexo e abrangente.

Com relação às situações habitacionais, foram reveladas precariedades, pois, mesmo que grande parte possua casa própria ou residam com parentes, elas são, predominantemente, localizadas em áreas irregulares e/ou de risco, como as áreas verdes. Também, as condições de luz elétrica, saneamento básico e coleta de lixo demonstram que esses indivíduos se encontram em situação de vulnerabilidade e, por vezes, até mesmo de insalubridade.

Essa situação põe em evidência aqueles que, de forma permanente, estão sendo privados do acesso as mínimas condições de vida, manifestação histórica de descaso do poder público em respeitar e criar as condições para que se possibilite a dignidade humana e a garantia dos direitos sociais.

Já as condições de suprimento das necessidades aparecem atreladas à geração de renda, revelando a situação de risco a que esses indivíduos estão submetidos e a forma

²⁰ Salienta-se que a População Economicamente Ativa integra uma conceituação mais ampla, que é a População em Idade Ativa (PIA). A PIA é uma classificação etária que compreende o conjunto de todas as pessoas teoricamente aptas a exercerem uma atividade econômica, ou seja, a força de trabalho. No Brasil, a PIA é composta por toda a população com 10 ou mais anos de idade e divide-se em: População Economicamente Ativa (PEA) e População não Economicamente Ativa (PNEA).

precária com que são supridas as suas necessidades básicas²¹ e de suas famílias. De outro lado, para eles, as condições de vida estão entrelaçadas com o preconceito vivido e o orgulho pelo desempenho de um trabalho digno, expresso em:

[...] Não é assim pra gente dizê, assim, que a gente mantém uma casa com 300, 340 real, 300 e pouco, 300 real, não tem. A gente sobrevive, porque a gente trabalha dignamente. Como eu digo, ó, tem pessoas que dizem “ah, trabalha no lixo”, tá certo, mas, pra mim, eu considero um trabalho digno (n.1, Associação B).

Nesta direção, os trabalhadores, quando indagados a respeito da renda possibilitada pela atividade, verbalizam-na de forma e com valores diferentes, o que pode ser compreendido como sendo uma renda incerta e variável, a qual, certamente, oferece poucas condições de suprimento das necessidades básicas.

Ainda com relação ao suprimento das necessidades, aparece relacionado ao poder de compra e crédito em lojas possibilitado pela atividade, assim como, a melhoria das condições de alimentação e sobrevivência. Isso tudo representa a expressão da cidadania, conquistada através da renda, e de pertencimento à sociedade, que passa a se dar via consumo, mesmo com suas limitações:

É... eu vivo, eu me sinto fraco, que a gente vê as coisa e não consegue comprá, né, daí a gente faiz as continha, pra pagá, né. Esses tempo nós tinha comprado nas Casas Bahia, uma cama e um colchão, tá... paguei até Natal, levei oito ou nove mês. Agora, comprei dois cobertor, dois bem bonito, bem grossão, oito vez, paguei a treis, é R\$60 por mês, mas eu compro no cartão hipercard, as guria do cartão tiveram aí e fizeram o cartão, é muito bom o cartão, qualqué loja que tu vai eles aceita o cartão, só que daí, no fim do mês tem que pagá, né, e isso é o mais difícil, eu fico agoniado, porque meu cartão vence amanhã, mas eu tô com o dinheiro guardado, mas daí quero evitá compra de novo, claro que uma coisinha ou outra sempre tem, mas, quando vê, já tem um monte pra pagá (n.9, Associação A).

No que se refere à formação educacional, a maioria não possui ensino fundamental completo, variando entre analfabetos e os que estudaram até a quarta e quinta séries, sendo que apenas duas cursaram o ensino médio; uma delas com o ensino médio incompleto e a outra com ele completo.

²¹ Para maior esclarecimento acerca do conceito de necessidades humanas básicas ver PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Nesse sentido, a questão educacional revela a situação peculiar do ensino nessa parcela da população, que não eventualmente precisa assumir parte da responsabilidade pelo sustento da família, o que se efetiva no trabalho infantil²², “*Com 10 anos... 10 anos eu comecei a puxar carrinho com o meu irmão*” (n.3, Associação B), que submete crianças e adolescentes ao trabalho muito cedo, pulando essa importante fase do desenvolvimento cognitivo.

Essa incorporação infantil ao trabalho os lança precocemente no modo de vida adulto, sendo que “[...] a supressão da infância não é temporária. Ela se insere no complicado e perigoso exército industrial de reserva, que torna descartável e sem esperança parcelas amplas da humanidade” (MARTINS, 1991, p. 15).

Além disso, o trabalho infantil, agravado pelas condições precárias, pode ser apontado como uma das causas para a reprodução da pobreza entre as gerações de uma família, pois crianças que trabalham estudam menos e, por serem submetidas a situações tão degradantes precocemente, tornam-se mais vulneráveis à submissão e à aceitação de condições precárias na vida adulta, além de reproduzirem a condição de pobreza e do recurso à mão de obra infantil de seus filhos, para a garantia das condições de subsistência.

Esses trabalhadores também mencionaram alterações nas suas condições de vida a partir da inserção na associação, especialmente no que se refere ao consumo, assim como à possibilidade de uma alimentação mais adequada e à melhoria da renda familiar. Sob esse aspecto, destaca-se:

Existe, já melhorei bastante, né, compro as minhas ropa, que eu não podia compra antes, né, tenho minhas coisas, abri conta em loja, que eu não podia, me ajudô bastante aqui, não vô dizê que não me ajudô, porque me ajudô, entendeu? (n.2, Associação B).

Já os seus projetos de vida, que podem ser compreendidos como um conjunto de expectativas ou de objetivos, aparecem relacionados ao consumo. E, assim como grande parte da população, esses indivíduos possuem como sonhos e/ou projetos de vida a casa

²² A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 7, inciso XXXIII, prevê a proibição do trabalho a crianças e adolescentes, nas seguintes disposições: “[...] proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos” (CF 88, grifos nossos). Assim também o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90 – prevê, em seus artigos 60 a 69, sobre o direito dos adolescentes, respeitadas as idades mencionadas acima, a profissionalização e a proteção no trabalho, reafirmando a proibição a trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, prejudiciais à moralidade, realizados em horários e locais que prejudiquem a frequência à escola, bem como todos os demais trabalhos prejudiciais ao desenvolvimento físico e psicológico.

própria, o trabalho formalizado, com carteira assinada, e uma situação trabalhista mais segura e estável, conforme está representado a seguir:

Ah sim, eu tenho uns projeto de vida... tê minha casa, minha casa própria. Saí daqui também, tem que pegá um serviço de carteira assinada, porque daí é outra coisa, daí tu tem teus direito, né, tudo, porque se tu sai daqui, tu não ganha nada não tem direito a nada, não tem carteira assinada (n.7, Associação B).

Assim, o modo de vida desses indivíduos, mesmo carregado de premências e dificuldades, que revelam as formas como vivem, no limite da sobrevivência, não se constitui em impedimento para a busca de uma vida melhor e para realizar algumas aspirações e projetos de vida (YAZBEK, 2003).

Deste modo, todos os “achados” da pesquisa são evidências de situações de instabilidade ocupacional e incertezas de uma condição precarizada de trabalho e de renda, por sujeitos que possuem em comum, realidades de vida marcadas pela destituição de direitos e pela subalternidade, além da experiência da pobreza e das identidades construídas na carência.

Os trabalhadores buscam renda e inserção produtiva, quando se filiam aos empreendimentos, mas a qualidade dessa renda e da inserção não pode ser compreendida como um processo de inclusão social na sua plenitude. As falas dos trabalhadores anunciam a todos o desafio que é, nesse mundo contemporâneo, pensar na inclusão. Nesse contexto, os determinantes do capitalismo contemporâneo, sob os influxos do neoliberalismo, misturam-se às formas mais primitivas de organização do trabalho e geram experiências com pouca qualidade política, se essas não forem problematizadas.

Os trabalhadores desses empreendimentos, ao serem questionados, demonstram através de suas falas, compreender a incompletude da experiência como elemento de inclusão social, ao mesmo tempo em que demonstram valorizá-las como alternativas viáveis à sua condição social. Reconhecem-se como sujeitos que necessitam ser amparados, seja pelo Estado, via convênio com a Prefeitura, seja pelos profissionais, como os Assistentes Sociais. Sonham e almejam a inclusão via trabalho formal e aceitam as determinações dessa forma de organização por não enxergarem outra alternativa.

A categoria inclusão social é bastante polêmica, uma vez que responde a várias determinações. Na perspectiva da fala dos trabalhadores, está acorrentada a concepção capitalista construída na égide do Estado de Bem-Estar-Social, ou seja, estar incluído socialmente é determinado pela vinculação ao mercado formal de trabalho. Neste artigo essa categoria é trabalhada na perspectiva de que estar incluído socialmente significa:

[...] poder usufruir dos valores, bens materiais e simbólicos de uma sociedade e sentir-se parte (pertencimento), ter seus valores, suas crenças, modo de ser reconhecido e respeitado, é poder expressar-se, participar dos processos de decisões, enfim, participar das diversas instâncias da vida social, cultural, econômica, política da sociedade e dos grupos com os quais convive (PRATES, 2005).

Além disso, é preciso lembrar que, para a efetiva busca da inclusão social se torna fundamental a “[...] garantia dos direitos sociais já conquistados ou mesmo os exigidos pelas necessidades do momento. O instrumento para tanto, no contexto do estado democrático de direito, é a legislação que preserve a garantia dos direitos” (REIS, 2007, p.46). No entanto, no que diz respeito a esses empreendimentos, percebe-se a ausência de garantia de direitos acompanhada, na prática, por uma inclusão marginal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os empreendimentos econômicos solidários têm se configurado como alternativas de trabalho e estratégia de sobrevivência e, portanto, se movem no interior do possível estabelecido pelas limitações da exclusão. Deste modo, pode-se dizer que a busca pela transformação social e a perspectiva que essa inserção propõe é polêmica, pois a re-inclusão fornecida por essas atividades pode ocorrer na esfera econômica, mas não necessariamente na social.

Nesse contexto, pode-se considerar que os dados da pesquisa nos empreendimentos, assim como os dados do mapeamento nacional mostram que essas alternativas de geração de trabalho e renda se apresentam como uma forma de *inclusão marginal* aos excluídos do mercado formal de trabalho. Tal constatação significa que, do ponto de vista econômico e social, essas alternativas possibilitam respostas

emergenciais e paliativas de sobrevivência e de subsistência,²³ ou seja, nem mesmo permitem a satisfação das necessidades básicas desses trabalhadores e estão muito longe de ser uma possibilidade de prover vida com mais qualidade, com acesso à renda e aos demais direitos sociais.

Assim, mesmo que a inserção relacionada à renda seja minimamente superior à que os trabalhadores dispunham antes, ou que ofereça melhores condições de alimentação e permita algumas realizações de consumo, essa inserção produtiva oferece poucas possibilidades de inclusão social. Nesse sentido, não se está considerando apenas as condições e as possibilidades de geração de renda, pois a Economia Popular Solidária não pode ser vista somente como um movimento econômico, até mesmo porque a privação a que esses indivíduos estão submetidos não compreende apenas a dimensão econômica, mesmo que, se considere a renda uma condição fundamental e necessária para a garantia da subsistência e, mais do que isso, uma das principais causas que levam os indivíduos a buscarem formas de alcançá-la, através do estabelecimento dessas experiências.

Nessa direção, os indivíduos que participam dessas experiências passam a ser efetivamente inseridos nesses empreendimentos, entretanto, essa concepção de inserção não pode ser entendida como o acesso às instâncias que possibilitam a efetiva inclusão social, pois o fato de estarem inseridos num grupo, numa comunidade, numa instituição ou organização, não garante a inclusão social. O que pode ser percebido no estudo feito em Porto Alegre, pois no quesito gestão solidária que representaria uma das formas de inclusão social, detectou-se uma divergência entre a concepção teórica e a prática de gestão. Ou seja, tem-se apenas uma precária inserção econômica, pois as decisões sobre as diretrizes de gestão do empreendimento são tomadas por um reduzido grupo em detrimento do conjunto dos associados.

Para mudar esse cenário, seria necessário o fomento e a viabilização financeira adequada ao tamanho e à necessidade e/ou à expectativa das experiências; a capacitação e a assessoria aos empreendimentos; bem como o ensino prático de gestão, que acompanhasse todo o processo de produção, circulação, comercialização e distribuição dos resultados. Assim, reconhece-se a necessidade de articulação entre as políticas de trabalho, assistência social, saúde, habitação e segurança, para a melhoria tanto das

²³ Salvo por experiências pontuais bem sucedidas.

condições de manutenção dos empreendimentos como das condições de vida dos indivíduos.

Nesse sentido, considera-se que somente com a articulação de políticas públicas integradas e o fortalecimento das específicas, em todos os níveis de governo, que envolvam as esferas social e econômica, tornar-se-á possível a busca pela garantia de melhores condições de vida e de trabalho aos indivíduos, assim como de superação das possibilidades apresentadas atualmente por estes empreendimentos.

REFERÊNCIAS

CALDERONI, Sabetai. Os bilhões perdidos no lixo. São Paulo: Humanistas, 1998.

GONÇALVES, Pólita. A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2003.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Técnicas de Pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. O massacre dos inocentes. A criança sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1991.

NASCIMENTO, Aline Fátima do. Economia Popular Solidária: alternativa de inclusão social ou forma oculta de precarização? Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, PUCRS, 2003. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1968>

YAZBEK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PEREIRA, Potyara A. P. Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PRATES, Jane Cruz. O método e o potencial interventivo e político da pesquisa social. In: Revista Temporalis, Ano V, nº. 9, Janeiro a Junho de 2005.

REIS, Carlos Nelson dos. Exclusão social e políticas sociais: uma proposta de integração articulada de políticas sociais públicas para inclusão social. In: Carlos Nelson

dos Reis. (Org.). O Sopro do Minuano: transformações societárias e políticas sociais. 1ª ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2007, v. 1, p. 25-58.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Programa Economia Solidária em desenvolvimento. Brasília: Senaes/MTE, 2004.

_____ Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília, MTE, Senaes, 2006.

_____ Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES): termo de referência. Brasília: Departamento de Estudos e Divulgação/ Senaes/MTE, 2005.

_____ Atlas da Economia Solidária no Brasil 2007. Brasília, MTE, Senaes, 2008. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases/>>

_____ Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES): Relatórios SIES 2005/2007: Regionais, Estaduais e Municipais; Relatório Nacional. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>